

Marcha das Mulheres Indígenas em destaque: concepções e ações etnopolíticas femininas pelos direitos dos povos indígenas no Brasil¹

Thamires Pessanha Angelo (PPGAS/UFAM)²

Maria Helena Ortolan (PPGAS/UFAM)³

RESUMO: Este texto tem como objetivo principal apresentar algumas das discussões que vem sendo trabalhada na tese de doutorado “Mulheres em Marcha: uma etnografia da resistência e atuação política de mulheres indígenas no Brasil contemporâneo”. Nele buscamos expor como o tema “movimento de mulheres indígenas” vem conquistando interesses etnográficos pela sua relevância analítica para os estudos que abordam a política indígena e política indigenista do Estado brasileiro. Portanto, neste texto apresentamos nossas reflexões sobre como a Marcha de Mulheres Indígenas se tornou um dos eventos políticos de maior destaque entre os diversos movimentos sociais brasileiros.

Palavras-chave: Mulheres Indígenas, Movimentos Sociais, Etnopolítica.



Figura 1: IIIª Marcha das Mulheres indígenas - 2023

Fonte (Arquivo Pessoal)

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² Doutoranda bolsista pelo programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas. Apoio (FAPEAM POSGRAD 2023-2024).

³ Docente da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

A MARCHA: MULHERES INDÍGENAS EM QUESTÃO

Nos últimos anos, milhares de mulheres etnicamente diferenciadas têm ocupado Brasília com força reivindicativa em defesa dos direitos dos povos indígenas, organizadas em delegações provenientes de vários estados do país. A Iª edição da Marcha das Mulheres Indígenas foi realizada em Brasília de 9 a 14 de agosto de 2019 e contou com a presença de duas mil e quinhentas mulheres de mais de cento e trinta etnias diferentes, com o tema principal “Território: nosso corpo, nosso espírito” (CIMI, 2019), este acontecimento é fruto de uma luta histórica das mulheres indígenas no Brasil. Ailton Krenak, Álvaro Tukano e Mário Juruna, são alguns dos nomes indígenas que marcam o início do movimento indígena no Brasil nas décadas de 70 e 80, onde os interesses dos povos indígenas foram apresentados à sociedade brasileira. Contudo, essa articulação político interétnica não era algo exclusivo dos homens indígenas, pois as mulheres indígenas também estavam se mobilizando na construção deste movimento de mobilização política, como podemos ver em 1984 partir da criação da primeira organização indígena de mulheres registrado publicamente a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro, 1988 com Quitéria Pankararu, mulher indígena que na década de 80 “consegue furar o bloqueio da segurança e entrar no Congresso Nacional para defender os direitos dos povos indígenas assegurados pelos artigos 231 e 232 da Constituição Federal”⁴; em 1990 quando a indígena Iracy Cassino é eleita em Baía da Traição (PB) como prefeita do município⁵, entre outros eventos de articulação indígena que expressam a participação feminina nesses processos de mobilização política. A exemplo disto temos a fala de Telma Taurepang, Coordenadora Geral da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira – UMIAB:

No ATL (Acampamento Terra Livre) de 2016, aconteceu a primeira plenária de mulheres indígenas. Aquele momento foi um marco histórico para nós mulheres. Esse reconhecimento da luta das mulheres, do nosso protagonismo dentro da Mobilização Nacional Indígena, dentro do país. Em 2017, surge a segunda plenária, em que foi homenageada nossa liderança Rosane Kaingang. Na sequência, em 2018, ocorreram três plenárias das mulheres indígenas. Então, isso impulsionou o coletivo, a voz das mulheres indígenas pra que realmente acontecesse a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas (Telma Taurepang, 08/08/2019).

⁴ SANTOS Bartolomeu Pankararu. Seus dons numa volta ao mundo. Biografia de Quitéria Binga. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/quiteria-binga/> acessado em 01/06/2024.

⁵ ANMIGA. Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade. Linha do tempo: Quem somos? Disponível em: <https://anmiga.org/quem-somos/> acessado em 02/07/2024

A IIª edição do evento foi realizado de 07 a 10 de setembro de 2021 e contou a presença de mais de cinco mil mulheres indígenas, provenientes de cento e setenta e duas etnias distintas. O tema da Marcha foi “Mulheres originárias: reflorestando mentes para a cura da Terra” (CIMI, 2021). O contexto político da época era de tensão que prevalecia por conta do Governo Federal brasileiro estar posicionado declaradamente contra os direitos indígenas, tendo na Presidência da República Jair Messias Bolsonaro. Durante a Marcha, no dia 7 de setembro, ocasião de evento comemorativo em Brasília pelo Dia da Independência do Brasil, Brasília foi tomada por caminhoneiros mobilizados em apoio à política presidencial, como demonstração de força política. Por conta da insegurança resultante das hostilidades advindas de apoiadores do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, o deslocamento de mobilização política das mulheres indígenas em direção à Esplanada dos Ministérios, que estava marcada para acontecer no dia 8 de setembro, teve que ser adiada. Somente dois dias depois do programado, ocorreu o deslocamento de mobilização, com a trajetória de deslocamento também modificada - estava previsto para percorrer a Esplanada, no entanto, os caminhoneiros já estavam ocupando o local e as mulheres indígenas tiveram que negociar a autorização do Governo do Distrito para sua mobilização poder percorrer e, desta vez, em uma das principais avenidas de Brasília - W3 Sul

Em 2023, entre os dias 10 (incluindo a chegada das delegações) e 13 de setembro, realizou-se em Brasília a IIIª Marcha das Mulheres Indígenas, com o tema “Mulheres Biomas e Defesa da Biodiversidade pelas Raízes Ancestrais”. O evento teve uma programação intensa caracterizada por vários momentos, que variaram entre falas dirigidas à plenária e atividades com participação direta das mulheres por etnias, estados ou Biomas (apresentação de cantos e rituais; trabalho em grupos; mobilização pelo eixo temático de interesse das mulheres indígenas presentes no local). Os temas abordados nesses eixos temáticos foram: emergências climáticas, biodiversidades, reflorestamento, saúde mental, acessibilidade e violência de gênero. A Marcha foi composta de muitos eventos concomitantes, com várias tendas menores espalhadas pelo acampamento. É importante frisar que ao falamos sobre a Marcha das Mulheres Indígenas não estamos analisando somente as situações ocorridas durante o ato prático de marchar pela Esplanada dos Ministérios que fazem bianalmente as mulheres indígenas, mas também analisando e dissertando sobre um aglomerado de ações e atitudes etnopolíticas que compõem todo o evento.

MULHERES BIOMAS, INTRA-COMUNIDADES E ETNOPOLÍTICA

A marcha das mulheres indígenas pode ser considerada um instrumento pontual na luta pelos direitos das sociedades indígenas, contudo esta mobilização só é possível a partir de iniciativas e movimentos de rede de mulheres indígenas, locais e regionais, encontros, reuniões, lives, associações e organizações de mulheres indígenas que ao longo de todo período que antecede a marcha permanecem em constante diálogo. Para além das marchas, outros eventos foram realizados por mulheres indígenas com o mesmo propósito de articulação interétnica como, por exemplo, a Caravana das Originárias da Terra. Projeto este idealizado desde março de 2020 durante um encontro no Distrito Federal que reuniu Sonia Guajajara, Célia Xakriabá, Nyg Kaingang, Tsitsinã Xavante, Concita Xerente, Cacica Irê - Juliana Jenipapo Kanindé, Rosimere Tukano, Shirley Krenak e Joziléia Daniza (SCHILD, 2023). Mesmo sendo pensada em 2020, devido à situação da Covid-19 no Brasil a mesma só veio ocorrer em 2022 percorrendo os 6 biomas brasileiros formados pela Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal, ouvindo as demandas das mulheres indígenas de cada região, buscando promover ações de fortalecimento, protagonismo e acolhimento dessas redes de articulação entre mulheres indígenas.

Segundo a antropóloga Joziléia Kaingang o termo Biomas vem sendo utilizado na contemporaneidade, desde 2021, por mulheres indígenas como forma de se referenciar aos seus espaços de atuação, o local de suas organizações e repensarem os seus corpos enquanto “corpos-territórios” (SCHILD, 2023. p.113). É dentro desta perspectiva que temos observado nos grandes eventos de mobilizações indígenas como o Acampamento Terra Livre e a Marcha das Mulheres Indígenas, rodas de conversas e plenárias a presença de temas como: “Plenária Nacional – Mulheres Sementes”⁶, “Plenária Internacional: Mulheres Água” e “Plenária Mulheres Biomas em Defesa da Biodiversidade pelas Raízes Ancestrais”. A Caravana das Originárias da Terra se soma aos trabalhos que a Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) vem realizando desde o seu ano de fundação, em 8 de março de 2021. A “ANMIGA é uma articulação política que entende a importância da constante movimentação das mulheres-água nas correntezas das lutas (SCHILD, 2023. p. 143)”

⁶ Plenária que ocorreu durante a 3ª Marcha das Mulheres Indígenas.

A contextualização destes eventos produzidos e organizados por mulheres indígenas nos permite enxergar o lugar que historicamente essas mulheres vêm ocupando diante do modelo não indígena de sociedade e Estado que desrespeitam seus direitos. Ferreira (2018, p. 199), ao dissertar sobre movimentos indígenas e etnopolítica defende que “[...] a ideia de movimento evoca a imagem de uma unidade transcendente; todos que integram o movimento compartilham uma ética, uma identidade, objetivos, ou todas essas coisas ao mesmo tempo”. Analisando de forma macro a Marcha das Mulheres Indígenas podemos considerar que sim, contudo ao buscarmos analisar as nuances que permeiam os diálogos internéticos que fundamentam essa articulação iremos observar que essa organização política se dá primeiramente por meio de alinhamentos e pautas discutidas intra-comunidades, que depois são compartilhados enquanto interesses comuns dos povos indígenas para o Estado brasileiro, como argumenta Joziléia Kaingang:

[...]as marchas representam outra forma de luta em busca de equilíbrio, com destaque para o poder e protagonismo feminino. Isso não implica em busca por igualdade, mas sim na busca por uma atuação semelhante, de forma a serem respeitadas e terem seus "chamados" atendidos em prol do bem comum (SCHILD, 2023, p. 126).

Outro exemplo desta comunicação que denominamos aqui de intra-comunidades foi observada durante a IIIª Marcha das Mulheres indígenas, onde optamos por acompanhar durante toda manhã do dia 11 de setembro de 2023 um grupo de trabalho composto por mulheres de diferentes etnias que procuraram debater sobre violência de gênero em seus territórios. Neste grupo, podemos observar as falas de várias mulheres indígenas dos diferentes biomas que trouxeram múltiplas questões sobre a violência de gênero entre os próprios membros das comunidades e também algumas violências ocasionadas a partir da aproximação do “mercado de trabalho do branco”, que se tornou parte da rotina de suas vidas nas comunidades. Na ocasião, presenciamos vários relatos dessas mulheres sobre como a bebida alcoólica chegou às aldeias a partir dos "brancos" e como muitas delas já sofreram algum tipo de violência por conta da bebida, onde homens alcoolizados chegavam a cometer agressões físicas aos seus corpos. Aqui temos um exemplo de uma situação que parece perpassar as diferentes comunidades indígenas em seus diferentes contextos. Neste sentido, este relato foi compartilhado por muitas

dentro do grupo de trabalho com o intuito de que dali fosse pensado uma solução para essa demanda comum ao grupo.

Deste modo, só é possível compreender o caráter político identitário das mulheres indígenas que atuam no movimento indígena partindo de uma observação das articulações que antecedem os seus eventos como a marcha. De modo geral, só entendemos os eventos a partir deles mesmos, situando o contexto histórico e a singularidade de cada mulher indígena que os compõem, de modo que procuramos estabelecer um exercício de comunicação bidirecional com nossas interlocutoras e com o contexto investigado, considerando algumas genealogias do movimento indígena em si e observando alguns dos processos de associativismo etnopolítico das mulheres indígenas no Brasil - visão mais ampla dos eventos - assim como realizando uma leitura da atuação política dessas mulheres focadas mais no indivíduo. Mas, se a marcha das mulheres indígenas é o reflexo de uma luta coletiva feminina, por que nos interessa refletir também sobre as suas singularidades?

Durante as participações no Iª Encontro de Mulheres Indígenas do Baixo e Médio Rio Negro -AM, e algumas reuniões da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas - Makira E'ta, duas categorias nativas surgiram “disponibilidade e compromisso”⁷, atravessando todas as discussões interétnicas que aconteceram nestes eventos. Segundo as mulheres indígenas que estavam presentes no encontro e na reunião da Makira E'ta, embora haja alguns interesses divergentes entre elas, fruto da particularidade societária, étnica e cultural que as diferenciam; no momento de tratarem assuntos relacionados a Marcha e outros eventos os quais algumas delas precisariam estar presentes como movimento de mulheres indígenas, essas categorias foram apresentadas pelas dirigentes das reuniões e discutidas com as indígenas presentes nestes locais.

A discussão que giraram em torno dessas categorias foram fomentadas a partir de interesses de articulação política das mulheres indígenas, onde nestes eventos foram observados que mesmo elas sendo mulheres etnicamente diferenciadas, no momento de se articularem e votarem no papel/função que cada uma irá desenvolver dentro das organizações e associações indígenas “disponibilidade e compromisso” surgem enquanto duas categorias nativas a fim de explicar que ao assumir o lugar “político” de mulher indígena que está atuando diretamente neste cenário de lutas por equidades de

⁷No momento estou refletindo sobre essas categorias durante o processo de escrita final da tese.

direitos, é necessário que ela tenha “disponibilidade” para viajar, deixar temporariamente os filhos, maridos e familiares e “compromisso” com uma rede fora de sua comunidade que compõem um movimento nacional: o movimento indígena.

É através dessas constatações observadas em campo que apresentamos nesta seção do texto alguns dos dados etnográficos sobre determinados aspectos da atuação etnopolítica das mulheres indígenas no Brasil contemporâneo, analisando pela importância de seus eventos a constituição da atual agência política das mulheres indígenas.

MULHERES INDIGENA EM AÇÃO

As discussões apresentadas até o momento serviram enquanto base para pensarmos os contornos e transformações da atuação política da mulher indígena dentro do movimento indígena nacional. O movimento indígena teve como reivindicação inicialmente o direito legal aos seus territórios, entretanto, com o passar dos anos, podemos observar que outras demandas foram surgindo, tais como: saúde, educação, alimentação, entre outros, que se tornaram também pautas base do movimento. Recentemente, durante nossas participações em eventos e assembleias indígenas nos anos de 2022 e 2023⁸, na cidade de Manaus-AM, observamos as mulheres indígenas em diferentes momentos discutindo sobre a importância da força “do coletivo feminino” na contribuição nesta luta pelos direitos dos povos indígenas no Brasil. É nas falas durante eventos como a marcha na Esplanada dos Ministérios que muitas dessas mulheres, com a participação de seus filhos e maridos, vêm expressar a força de uma coletividade etnicamente diferenciada, mas articulada em redes, defendendo os interesses dos povos indígenas do Brasil.

Deste modo, se até algumas décadas atrás a mulher indígena aparecia apenas nos bastidores desses movimentos, no presente vemos essas mulheres entrando em cena, assumindo cargos até então não ocupados por indígenas e muito menos por mulheres indígenas como, por exemplo, a Deputada Federal Célia Xakriabá que vem participando desses encontros de mobilizações indígenas enquanto mulher indígena, ao mesmo tempo que também ocupa um cargo parlamentar.

⁸ Acampamento Terra Livre (ATL) 2023/24, IIIª Marcha das Mulheres Indígenas, Iª Encontro de Mulheres Indígenas do Baixo e Médio Rio Negro-AM e reuniões da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas - Makira E'ta.



Figura 2 – Celia XaKriabá com as mulheres Xakriabá durante a IIIª Marcha das Mulheres Indígenas 2023.
Fonte: (Arquivo Pessoal)

Assim como Célia Xakriabá outras mulheres indígenas também têm uma vida pública e parlamentar ao mesmo tempo que participam dos eventos organizados pelo movimento indígena, como Sônia Guajajara (ministra dos povos indígenas) e Joênia Wapichana (Presidente da Fundação Nacional do Índio). Essas composições parlamentares que trazem corpos indígenas para o Congresso Nacional revelam uma estratégia da política indígena que busca, com a “banca do cocar” formular leis de proteção aos direitos dos povos indígenas. Segundo Joziléia Kaingang:

Com a eleição de Sonia e Célia, nós participamos da transição do governo pelo movimento indígena. Articuladas, conseguimos reunir em Brasília neste período várias mulheres da ANMIGA, Sonia e Célia, deputadas eleitas, Kerexu, Val Eloy, Jaqueline Aranduhá, Baulina Baniwa, que nos representaram e “brigaram” pela nossa participação nos espaços que seriam criados com a nova gestão do Governo Lula (SCHILD, 2023, p. 182).

A chegada e participação da mulher indígena em órgãos governamentais nos permite refletir e compreender como as organizações dessas mulheres e ações como a marcha se tornam eventos políticos de importante destaque entre os diversos movimentos sociais brasileiros. No ano de 2023 ainda ficou perceptível o alcance desse evento ao nível internacional, uma vez que participaram da IIIª Marcha, delegações de mulheres originárias e lideranças de outros países e continentes, tais como: Canadá, Austrália, México, Estado Unidos, África do Sul, Quênia, Malásia, Peru, Venezuela, Rússia e Bolívia; onde temas como acesso à terra, a violência de gênero, a

discriminação e a busca pela autonomia e empoderamento foram discutidos em plenária. Abaixo um registro desse momento durante a marcha.



Figura 3 – Mulheres indígenas e lideranças no palco principal da IIIª Marcha das mulheres indígenas.
Fonte: (Arquivo Pessoal)

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Respeitando o compromisso com o tema da tese que está neste momento na etapa de sistematização dos dados e redação do trabalho final, este texto foi apresentado pontuando algumas das questões observadas referente as mulheres indígenas durante trabalhos de campos realizados durante o 19ª e 20ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), IIIª Marcha das Mulheres Indígenas, Iª Encontro de Mulheres Indígenas do Baixo e Médio Rio Negro–AM e reuniões abertas ao público da A Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas - Makira E'ta.

Construímos nossos argumentos também a partir de um encontro teórico com a indígena e antropóloga Joziléia Kaingang, conhecida no meio acadêmico como Joziléia

Daniza Jagso Inácio Jacodsen Schild, que recentemente defendeu a tese “Articulação das Mulheres Indígenas no Brasil: em movimento e movimentando redes”. Também apresentamos aqui as categorias étnicas “disponibilidade e compromisso” como ferramentas de análises dialógicas para compreendermos o contexto histórico e contemporâneo em que estão inseridas as mulheres indígenas.

Não tivemos a intenção de produzir um conteúdo exaustivo sobre um ponto específico, ao contrário, para este grupo de trabalho buscamos trazer alguns dados reflexivos sobre o movimento e atuação política das mulheres indígenas para discutirmos juntos (a) esse campo tão fértil para antropologia brasileira contemporânea.

Referências Bibliográficas:

FERREIRA, Andrey Cordeiro. 2018. “Etnopolítica E Estado: Centralização E descentralização no Movimento indígena Brasileiro”. Anuário Antropológico 42 (1):195-226. Disponível em :

«<https://doi.org/10.26512/anuarioantropologico.v42i1.2017/6213>.» Acessado em 04/05/2024.

MENDES, Marcia Cristiane Ferreira. “Não Posso Ser Professora da Aldeia, Mas Posso Ser Prefeita da Cidade”: Biografia de Iraci Cassiano Soares. 2022. 254 f. Tese (Doutorado em 2022) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=107337>> Acesso em: 1 de julho de 2024.

ORTOLAN MATOS, Maria Helena. “O processo de criação e consolidação do movimento pan-indígena no Brasil (1970-1980)”. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 1997.

SCHILD, Joziléia Daniza Jagso Inácio Jacodsen. Articulação das Mulheres Indígenas no Brasil: em movimento e movimentando redes. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2023.